



Jonas Cunha/AE - 9/6/89

*Guedes: elogios à decisão*

# Credores serão mais atingidos

**SUELY CALDAS**

RIO — A suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, decidida anteontem pelo governo, tende a ser mais profunda do que a moratória unilateral decretada pelo ex-ministro Dílson Finaro, em fevereiro de 1987. Para começar, não foram pagos anteontem US\$ 812 milhões devidos ao Clube de Paris, instituição de crédito oficial dos países europeus que Funaro excluiu de sua moratória.

Anunciada com estardalhaço político pelo presidente José Sarney, que com ela esperava recuperar o prestígio político perdido com o fracasso do Plano Cruzado, a moratória de 87 se limitou a suspender o pagamento dos juros da dívida, de médio e longo prazos.

Mesmo assim, o Ministério da Fazenda evita classificar essa suspensão dos pagamentos de "moratória", enquanto o ex-mi-

nistro Mário Henrique Simonsen preferiu batizá-la de "moratória educada", ao fazer uma comparação com a deflagrada pelo ex-ministro Delfim Netto, em 1982. Nas duas situações — em 82 e agora — tentou-se evitar o conflito direto com os credores, embora os efeitos da suspensão os tenham atingido mais fortemente do que em 87.

Para os economistas que estudam o setor externo, a moratória do ministro Maílson da Nóbrega era previsível e teve o objetivo de preservar preventivamente as reservas cambiais. Porém, eles não a consideram capaz de impedir a hiperinflação. Para Edmar Bacha, ex-presidente do IBGE e um dos autores do Plano Cruzado, a moratória não permitirá o colapso cambial, mas pode "deteriorar a confiança dos detentores da dívida interna, vital para impedir a hiperinflação".

Ou seja, se a hiperinflação

pode ser evitada pela preservação das reservas cambiais, virá pela crise de confiança da dívida interna, que leva o investidor a reduzir suas aplicações financeiras em papéis do governo, provocando uma vigorosa expansão da moeda com o pagamento dos vencimentos sem que o governo disponha mais do mecanismo de refinanciamento com a venda de seus papéis.

Já o economista Paulo Guedes, vice-presidente do Ibmec e diretor do Banco Pactual, apostava que a hiperinflação chegará dentro de dois ou três meses. "Se o governo conta mesmo que a hiperinflação virá em curíssimo prazo, é melhor enfrentá-la com reservas cambiais do que sem elas", afirma Paulo Guedes, elogiando a interrupção dos pagamentos dos juros, embora reconheça que essa situação elimina qualquer possibilidade de obtenção de empréstimos externos.